

“O País”, Wallraff e “O Século”: três casos de uma terça-feira aziaga

José Silva Pinto

Uma redacção de jornal destruída por uma bomba, um director que apenas ocupa o seu cargo durante 24 horas, um editor que é preso por agentes da Polícia, à paisana, confundido com o autor de um polémico livro — eis «apenas» alguns dos acontecimentos que, esta semana, exactamente na terça-feira, agitaram o mundo da Imprensa e da edição, em Portugal.

A primeira «bronca» foi a detenção, no dia 14 de Dezembro, do jovem editor Eduardo Martins Soares, da Bertrand, que, à saída da Casa da Imprensa, em Lisboa, foi preso por ter sido tomado por Gunther Wallraff, autor de «A descoberta de uma conspiração — a acção Spínola», o controverso livro em que se relata com larga cópia de pormenores uma extraordinária «viagem» ao interior do MDLP, que permitiu ao jornalista e escritor alemão desmascarar e que descreve como a preparação de um golpe a realizar em Portugal por aquela organização.

Wallraff havia prometido estar em Lisboa, naquela data, para o lançamento da tradução portuguesa do seu livro e, também, para apresentar as duas horas de gravações que possui para documentar o seu relato. No entanto, seja por que motivo for, não chegou a apresentar-se na conferência de Imprensa convocada para o efeito, ignorando-se o seu paradeiro, não se sabendo mesmo se chegou a deslocar-se a Portugal. Mas isso não impediu que tivesse sido «preso» por agentes da PSP, que, à saída da Casa da Imprensa, vendo um homem fisionomicamente parecido com o escritor alemão ser abundantemente fotografado pelo repórteres, deitaram-lhe a luva, conduzindo-o ao Governo Civil, onde um responsável da Polícia, o comissário Costa, se desfez em desculpas, alegando tratar-se de um lamentável equívoco.

Segundo a Polícia, Wallraff só devia ser detido caso tivesse entrado ilegalmente em Portugal, mas sabe-se que, nas vésperas da data prevista para a sua chegada ao nosso país, as autoridades reforçaram a vigilância nas fronteiras, especialmente sobre carros de matrícula alemã. Em meios geralmente bem informados, admite-se que as autoridades militares tenham querido actuar de modo a obter do jornalista alemão a prova de algumas afirmações contidas no livro, especialmente no que se refere a altas personalidades da cena político-militar que alguns dos entrevistados por Wallraff descrevem como tendo ideias semelhantes às que inspiram os elementos do aparentemente extinto MDLP.

As revelações de Wallraff, inicialmente publicadas na revista alemã «Stern», que tira um milhão e novecentos mil exemplares semanais, e, pouco depois, na segunda semana de Abril, reproduzidas em Portugal, por «O Jornal», não agradaram a alguns sectores das forças políticas e militares, tendo mesmo chegado a ser consideradas produto da imaginação do autor ou o resultado de uma maquiavélica manobra preparada por comunistas internacionais... Sabe-se mesmo que o Conselho da Revolução chegou a convidar Gunther Wallraff a deslocar-se a Portugal, a fim de exhibir as provas do que escrevera, mas a verdade é que o jornalista alemão não acedeu à solicitação.

Rocambolésco ataque a «O País»

Na mesma terça-feira, pouco

depois das 20 e 30, um atentado bombista destruiria as instalações do semanário «O País», sendo a acção reivindicada por um autodenominado «Grupo Autónomo», num comunicado entregue na Redacção da Rádio-difusão Portuguesa e de «O Jornal». Os autores do comunicado, utilizando uma linguagem pelo menos estranha, afirmam não acreditar que o Governo seja capaz de acabar com a «Imprensa fascista» e declaram-se contra o que chamam os «libertadores do proletariado», a quem opõem «a proliferação de grupos autónomos (nos bairros e diversos locais de trabalho) que exijam o fim do sala-



Louro, na bancada do Governo
Um voto (de protesto?) adiado

riato, da hierarquia, dos donos da sabedoria (sejam de esquerda ou de direita) que considerem a democracia directa como um princípio básico para garantir a sua autonomia, numa palavra que lutem pelo fim irrecuperável do capitalismo, quer privado, quer do Estado».

O atentado contra a Redacção de «O País», situada no primeiro piso de um prédio de quatro andares, terá sido perpetrado por um homem e uma mulher que se introduziram nas instalações do jornal. Sob a ameaça de uma pistola, a única pessoa então presente no local, o encarregado da publicidade do semanário, Jorge Ferro, teria sido, segundo o seu próprio relato, amarrado e interrogado sobre a linha política da publicação dirigida por José Vacondeus e Vera Lagoa, após o que, tendo colocado o engenho explosivo, os assaltantes libertaram o prisioneiro, ordenando-lhe que corresse para os andares superiores. Pouco depois, registava-se a explosão, que chegou a provocar um princípio de incêndio nas instalações.

Segundo Vera Lagoa, que considerou o atentado como «o estertor de uma certa esquerda», «O País» publicará-se, hoje, sexta-feira, como habitualmente. É a segunda vez que um jornal dirigido pela polémica jornalista é atacado à bomba: há

meses, o alvo foi «O Sol», um semanário que se caracterizou por violentos ataques a determinadas figuras da cena político-militar, nomeadamente Costa Gomes e Melo Antunes.

«O Século» vai a São Bento

Como se os acontecimentos relatados não fossem, por si sós, suficientes para assinar essa terça-feira, no campo da Imprensa e da edição, o aparecimento de um novo nome no cabeçalho de «O Século», como director do quase centenário matutino, viria contribuir para agitar as já procelosas águas da Imprensa portuguesa, assobrada de problemas. A questão, aliás, depressa ultrapassou o âmbito meramente profissional, provocando uma pequena tempestade política de consequências imprevisíveis.

Foi o caso que o jovem deputado Luís Nandin de Carvalho do PPD/PSD, tendo sido contactado alguns dias antes, por dois administradores da empresa proprietária do jornal, para substituir João Gaspar Simões no lugar de director de «O Século», acabou por aceitar o convite, pondo como condição apenas ser empossado no primeiro dia útil após as eleições para as autarquias. Segundo afirma, os administradores da Empresa Pública Século e Popular que o convidaram drs. Sousa e Brito e Gomes Caldas garantiram-lhe terem sido ouvidos os membros do conselho de Redacção do jornal, que, de acordo com a lei, têm de dar o voto favorável ao director escolhido pela administração.

«Podem contar comigo» — escrevia o novo director de «O Século», no seu artigo de fundo, afinal o único que escreveria para o jornal, em que anunciava medidas tendentes a fazer participar os leitores «em actividades de animação cultural».

Entretanto, a «bronca» rebentava: nesse mesmo dia, um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e da Secretaria de Estado da Comunicação Social determinava a destituição de um dos administradores da Empresa Pública Século e Popular, o dr. Carlos de Sousa e Brito, recém-empossado director de «O Século», alegando terem sido «gravemente desrespeitadas» disposições do estatuto da empresa referentes ao modo de designação dos elementos da direcção do jornal.

Na quarta-feira, a batalha alargava-se ao hemiciclo de São Bento, onde o grupo parlamentar do PSD/PPD resolveu tomar a defesa de Nandin de Carvalho clamando contra o que classificou de uma «decisão arbitrária e antidemocrática do Governo», de acordo com os termos de uma declaração política produzida pelo «leader» do grupo Barbosa de Melo, acabando por depositar na mesa da presidência da Assembleia um «voto de protesto», o qual, contudo, só hoje deverá ser votado pela câmara.

No debate que se seguiu, tomou-se conhecimento de uma carta de três administradores da EPSP (Humberto Lopes, César Chambel e João Represas da Mata), enviada ao secretário de Estado da Comunicação Social, afirmando terem sido surpreendidos pela nomeação de Nandin de Carvalho. Em resposta, seria afirmado que a administração da empresa havia repartido competências, ficando parte dos administradores com

o encargo de «O Século» e os restantes com a responsabilidade dos assuntos referentes ao «D. Popular» mas, ao que parece, essa competência seria limitada.

Luís Nandin de Carvalho considera a sua destituição ilegal, classificando de «piratas» as edições de «O Século» entretanto saídas e, numa conferência de Imprensa convocada para a sede do seu partido chegaria mesmo a afirmar que os responsáveis do Governo deveriam ser colocados em tribunal, pois, no seu entender, caber-lhes-ia pagar «do seu bolso» as despesas resultantes da feitura de tais números do jornal.

Por seu turno, o PPD/PSD afirma que o Governo tomou previamente conhecimento da nomeação de Nandin de Carvalho e que, com a atitude de Mário Soares e de Manuel Alegre, ao impedirem que ele continuasse no exercício das suas funções, é posta em risco a própria liberdade de Imprensa em Portugal.

Disputa partidária

Quanto aos trabalhadores da Redacção de «O Século», em tomada de posição subscrita pelo Conselho de Redacção, tornaram público que «não deram nenhum parecer favorável à nomeação do dr. Nandin de Carvalho, tendo sido surpreendidos pelo aparecimento do seu nome no cabeçalho do jornal». Por outro lado, ainda segundo o mesmo comunicado, «quando conhecida a decisão do presidente do Conselho de Ministros e da SECS que destituiu o dr. Nandin de Carvalho, os trabalhadores da redacção não lhe manifestaram qualquer apoio, como foi erradamente noticiado». Por fim, os mesmos trabalhadores «recomendam veementemente que, para nomeação de qualquer futuro director para «O

Século», a administração e a SECS, ouvido sempre o Conselho de Redacção se norteiem por um espírito apartidário, repudiando, portanto, a escolha de qualquer figura claramente conotada partidariamente».

Em suma: «O Século» e os seus trabalhadores (que só no passado dia 8 — feriado — receberam o vencimento de Novembro) encontram-se, uma vez mais, no centro de uma disputa partidária pelo controlo ideológico do que já foi um dos mais importantes matutinos portugueses e que, pelos vistos, é ainda peça apetecível nos jogos políticos. Jogos nos quais, de resto, poderá estar em causa o próprio Governo, para além da sobrevivência do velho jornal.

J. S. P.

Conselho de Imprensa condena Pires Veloso

As reacções às declarações do brigadeiro Pires Veloso continuaram a fazer-se registar durante esta semana e, entre elas, avultou a do Conselho de Imprensa, o qual, através dum co-

municado, tornou público que «no seguimento de outras tomadas de posição a propósito de declarações de outras entidades civis e militares, o Conselho de Imprensa entende que não podem aceitar-se reacções como as do brigadeiro Pires Veloso, que, pelos termos e linguagem utilizados, constituem uma ameaça à liberdade de expressão do pensamento através da Imprensa».

Uma bomba ao serviço da direita

A explosão que danificou a sede do semanário «O País» é um acontecimento lamentável, que merece o nosso inteiro repúdio. Os seus verdadeiros autores devem ser identificados e severamente punidos. A partida, eles já estão condenados no espírito de todos aqueles para quem a democracia não é uma palavra vã. E as bombas só a destroem, sejam quais forem os argumentos invocados.

«O Jornal» sente-se parti-

cularmente à-vontade para lamentar o criminoso acto, tanto mais que o referido semanário reaccionário nos mimoseia semanalmente com um chorrilho de calúnias e insinuações nem sempre subtis, às quais nem curamos de dar resposta. Quando ainda há pouco, se propunha para «O Jornal» a fogueira inquisitorial, «O País» foi dos poucos que se espantou pela generalizada onda de protestos que tais «propostas» levantaram.

Não é portanto uma solidiedade — que nem sequer nos seria exigível — quanto nos move, quando levantamos a nossa voz para pedir exemplar punição dos verdadeiros responsáveis.

A nossa posição é muito clara: a explosão reivindicada anonimamente com pseudo-linguagem de esquerda, apenas serve os interesses da direita, de que «O País» é diligente arauto.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

ATENÇÃO TRABALHADORES

DIA 24 DE DEZEMBRO, É FERIADO

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 27-29 — TELEF: 57 40 73
LISBOA

Chegou ao nosso conhecimento que algumas Associações Patronais do Comércio têm divulgado que os estabelecimentos poderão estar abertos, na véspera de Natal, dia 24 de Dezembro.

Através da sua Federação do Comércio Retalhista o patronato refere que recebeu instruções nesse sentido do Ministério do Comércio e Turismo. Se assim acontecesse essa posição não teria legalidade porque segundo a lei em vigor (art.º 1.º do dec. lei n.º 713-A/75 de 19 de Dezembro com a redacção dada pelo art.º 1.º do dec. lei n.º 274-A/76, de 12 de Abril) o dia 24 de Dezembro é considerado feriado obrigatório, não havendo na lei qualquer excepção para o sector do comércio.

Esta Direcção considera que os comunicados patronais, no que respeita ao feriado, são falsos e abusivos e pretendem roubar aos trabalhadores do comércio um direito consignado nos diplomas acima referidos.

— Os trabalhadores do comércio não podem abdicar das suas conquistas sindicais!

— Unidos e organizados no Sindicato lutemos pelos nossos direitos!

Lisboa, 9/12/76

P'la DIRECÇÃO
António Silva da Costa